

ANÁLISE DE ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES SERGIPANOS

ANALYSIS OF SOCIOECONOMIC ASPECTS OF FAMILY AGRICULTURAL ESTABLISHMENTS IN SERGIPE

Gabriel dos Santos Costa. Graduando em Engenharia Agronômica na Universidade Federal de Sergipe. E-mail: gabrielcosta9911@gmail.com
Ana Paula Schervinski Villwock. Professora na Universidade Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão. E-mail: ana.agronomia@gmail.com
Alessandra Matte. Professora no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGSIS) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: amatte@utfpr.edu.br

Grupo de Trabalho (GT5): Agricultura familiar e ruralidades

Resumo
O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar aspectos socioeconômicos dos estabelecimentos agropecuários de Sergipe por meio dos censos agropecuários 2006 e 2017, buscando compreender as mudanças em curso no meio rural desse estado. A pesquisa é de caráter quantitativo e se fundamenta em análise bibliográfica e documental, com tratamento e análise de dados secundários, enfocando os dados dos censos agropecuários. No que se refere à análise dos resultados, os dados quantitativos serão tratados por meio da estatística descritiva ajustada a cada variável estudada. Como resultado, analisando os dados do censo agropecuário 2006 e 2017, constata-se que em geral, a população rural de Sergipe está envelhecendo e que a escolaridade média aumentou no meio rural. Quando analisados dados comparativos da agricultura familiar e não familiar, foi observado que a agricultura familiar sergipana ainda se mantém persistente no estado, pois, apesar de ter uma redução no número de estabelecimentos agropecuários e de pessoal ocupado no estado, os indicadores se mantêm maiores do que a agricultura não familiar. Além disso, infere-se que houve aumento do número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres, bem como, aumento da diversificação de renda dos estabelecimentos da agricultura familiar, demonstrando que pluriatividade está sendo uma estratégia de reprodução social.
Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Censo Agropecuário; Agricultura Familiar; Sergipe.

Abstract
The general objective of this research is to analyze socioeconomic aspects of agricultural establishments in Sergipe through the 2006 and 2017 agricultural censuses, seeking to understand the ongoing changes in the rural environment of this state. The research is of a quantitative nature and is based on bibliographic and documental analysis, with treatment and analysis of secondary data, focusing on data from the agricultural censuses. Regarding the analysis of the results, the quantitative data will be treated by means of descriptive statistics adjusted to each variable studied. As a result, analyzing data from the 2006 and 2017 agricultural census, it appears that in general, the rural population of Sergipe is aging and that average schooling has increased in rural areas. When analyzing comparative data on family and non-family agriculture, it was observed that family agriculture in Sergipe is still persistent in the state, because, despite having a reduction in the number of agricultural establishments and employed personnel in the state, the indicators remain higher than than non-family farming. In addition, it is inferred that there was an increase in the number of agricultural establishments run by women, as well as an increase in the diversification of income of family farming establishments, demonstrating that pluriactivity is being a strategy of social reproduction.
Key words: Rural Development; Agricultural Census; Family farming; Sergipe.

1. Introdução

Durante muito tempo o crescimento econômico era considerado, erroneamente, sinônimo de desenvolvimento. Como resultado dessa percepção, as políticas relacionadas ao

território rural eram focadas na modernização da agricultura, visando aumento de sua produtividade, e não o desenvolvimento rural. Assim, o modelo de agricultura e pecuária alicerçado nos mercados globais de *commodities* agrícolas se mostravam cada vez menos capazes de compor uma alternativa à crescente vulnerabilidade socioeconômica que atingia o meio rural brasileiro, sobretudo quando se trata do universo social correspondente à chamada agricultura familiar. Wanderley (2009, p.156) afirma que a agricultura familiar é "aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo". Dessa forma, a agricultura familiar pode ser considerada uma categoria genérica com grande capacidade de adaptação aos contextos históricos em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais, sendo os agricultores familiares protagonistas dos processos sociais que vivenciam, sobretudo relativos às resistências e às inovações resultantes em transformações na agricultura e no meio rural (WANDERLEY, 2009).

Dessarte, salienta-se que apesar do progresso técnico e da mecanização da produção surtirem significativos efeitos no progresso econômico e na organização do setor produtivo primário –, bem como, permitir o aumento da produtividade, o aumento da eficiência da produção, na medida em que baixou consideravelmente o custo de produção –, deve-se olhar o progresso técnico e seus efeitos na agricultura, analisando também os aspectos relacionados aos efeitos socioeconômicos que o padrão de produção adotado causou e vem causando no Brasil (BALSAN, 2006; VILLWOCK, 2018), sendo que dessa forma, as ciências agrárias e sociais tem o desafio de compreender esse descompasso existente.

Navarro (2001) afirma que até os primeiros anos da década de 1990, os estudos rurais brasileiros, não focalizavam o tema do desenvolvimento rural, seja porque os debates se concentravam em outras temáticas, seja porque a própria ideia ou referência ao desenvolvimento rural estava impregnada de um sentido político e ideológico, fortemente vinculado aos programas governamentais de caráter social e compensatórios. Assim, a partir de 1990, Balsan (2006) e Schneider (2010) afirmam que pensar sobre as tendências do mundo rural requer que se volte o olhar para esta realidade que, ao mesmo tempo em que têm colocado uma classe da sociedade com o que há de mais moderno na agricultura e pecuária, contraditoriamente, deixa outra classe cada vez mais distantes de tais inovações, precisando se reinventar a se transformar a todo instante.

Assim, uma visão de território rural mais coerente, agregando o contexto histórico e social, passou a ser incorporado a partir da década de 1990, nos governos Fernando Henrique Cardoso e na sequência no governo Lula, juntamente com a expansão de programas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural (GRISA; SCHNEIDER, 2013). Entretanto, mesmo com a maior atuação do governo, a situação de fragilidade socioeconômica de muitas áreas rurais, em especial das áreas mais carentes, não foi superada. Desta maneira, apesar dos inegáveis avanços em relação a redução da pobreza, a falta de integração entre as políticas dificultou a superação da fragilidade socioeconômica das áreas rurais (CAZELLA *et al*., 2016).

Corroborando com a afirmação acima, Schneider *et al* (2013) descreve que desde os anos 1990, a agricultura brasileira apresentou mudanças estruturais que estão alterando várias de suas características socioeconômicas e que uma delas refere-se aos aumentos de produção e produtividade dos fatores já diagnosticados e conferidos a partir do acompanhamento de desempenho anual das safras e das exportações. Essas mudanças e alterações são ainda insuficientemente compreendidas, descritas e analisadas, principalmente quando analisadas regionalmente e localmente. Ou seja, essas transformações justificam a importância das pesquisas que abordam o desenvolvimento das regiões a partir das especificidades, nas quais o meio rural é de suma importância.

Não obstante, os dados estatísticos trazidos a lume pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da publicação dos resultados dos censos agropecuários

realizados, principalmente o último que ocorreu em 2017, permitem que os pesquisadores e estudiosos venham a utilizá-los, contribuindo para dar maior amplitude e profundidade ao conhecimento destas transformações, visando estabelecer novos cenários e trazendo para a pauta das pesquisas as questões em debate para o desenvolvimento rural, mas que ainda foram pouco explorados e analisados.

Desta forma, no que tange ao local de pesquisa, segundo o censo agropecuário 2017, o Estado de Sergipe possui 1,5 milhão de hectares de área total, com 93,3 mil estabelecimentos agropecuários e 234 mil pessoas ocupadas com atividades agropecuárias. Nas lavouras temporárias, a cana-de-açúcar e o milho ocupam posição de destaque, bem como o coco da Bahia e a laranja para as lavouras permanentes. Além disso, salienta-se que o efetivo de bovinos é de 887 mil animais e a produção de leite de vaca é de 270 milhões de litros (IBGE,2017). Desta forma, apesar de importante dados apresentados acima, nada se mostra em relação às transformações, cenários e novos debates, abrindo assim, a possibilidade e o dever dos dados serem analisados em profundidade, temporalmente e regionalmente (mesorregiões), através das variáveis coletadas pelos censos agropecuários realizados pelo IBGE.

Ou seja, essa construção analítica encaminha para uma série de questionamentos, ainda que brevemente, que compõem o escopo fundamental da pesquisa: Quais são as transformações, novos cenários e os debates atuais relacionados ao meio rural Sergipano? Quais as transformações em relação aos aspectos socioeconômicos dos estabelecimentos agropecuários de Sergipe com o passar dos anos?

Tais indagações tornam-se ainda mais relevantes na medida em que surge a necessidade de se investigar os aspectos econômicos e sociais dos diferentes atores e das diferentes realidades das mesorregiões do Estado de Sergipe, visando compreender as diferenças existentes nos processos de desenvolvimento rural do estado em diferentes contexto e temporalidades, bem como, seus desafios e perspectivas. Por isso, esse artigo tem por objetivo analisar os aspectos socioeconômicos dos estabelecimentos agropecuários de Sergipe através dos censos agropecuários 2006 e 2017, buscando compreender os cenários e as questões em debate no meio rural.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O dinamismo da globalização, envolvendo a aceleração do processo de inovação e a rapidez das modificações tecnológicas, associadas a flexibilização das formas de produção, modificam o arranjo das atividades econômicas no espaço dos territórios tornando uns mais dinâmicos que os outros e, consequentemente, desiguais na acumulação de capital e nos indicadores sociais (ALVES; LIMA; PIFFER, 2009). De maneira geral, o meio rural reage a tais mudanças de forma distinta, especialmente no que diz respeito à forma da organização do trabalho e da tomada de decisão nos estabelecimentos rurais. Nesse contexto, a agricultura familiar vem encontrando maneiras de se reproduzir socialmente e de produzir e comercializar seus produtos (PLOEG, 2016; WILKINSON, 2016).

A categoria agricultura familiar ganhou espaço diante das pressões de movimentos sociais após uma série de políticas públicas e leis que contribuíram para a valorização e qualidade de vida de muitos produtores enquadrados nessa esfera. Evidenciando essa valorização, Melo (2001) destaca que a categoria é identificada como a agricultura voltada fundamentalmente para o mercado interno e essencialmente produtora de alimentos (com a grande exceção do fumo).

Sem sombra de dúvidas, a agricultura familiar apresenta um vasto campo de debates, que vai muito além de apenas produzir alimentos. Dessa forma, cabe atentar-se para a sua reprodução social, analisando os aspectos socioeconômicos em que estão inseridos. Fatores

como balanço em número de pessoas na família e consumo, sucessão geracional e herança, escolaridade, pluriatividade e outras questões ligadas à terra, trabalho e renda, são de grande relevância e entendê-los é essencial, a fim de apontar quais são as questões e desafios que essa categoria enfrenta e como se mantém resiliente diante das transformações de um mundo cada vez mais modernizado e competitivo.

As reflexões levantadas acerca da agricultura familiar na década de 90, em especial com a criação do Pronaf e a definição do que seria a agricultura familiar, levou em consideração apenas os aspectos produtivistas, excluindo assim, a ideia camponesa da reprodução social (CARNEIRO; MALUF, 2003). Entretanto, a importância socioeconômica da agricultura familiar fundada nos moldes do campesinato é de grande relevância para o debate, a fim de entender os processos de formação e manutenção da categoria.

Wanderley (2003) demonstra em seus trabalhos a ideia de que o camponês não é simplesmente o agricultor que vive da subsistência ou que se caracteriza por possuir poucos recursos e/ou dispor de pouca terra, mas sim, caracterizado pela importância que exerce no meio e as suas relações sociais internas e externas no mesmo.

Tomando por base os trabalhos de Aleksander Chayanov, economista agrário russo, que dedicou estudos a reprodução social camponesa, Perondi (1999), Gazolla e Schneider (2007) e Villwock (2015) explicam em seus trabalhos o processo de reprodução da agricultura familiar brasileira, dado o processo de modernização agrícola. Dessa forma, a reprodução das famílias rurais que carregam em seus traços históricos a lógica de produção campesina, estruturam-se e montam estratégias para se manterem no meio rural, sendo "que os processos produtivos e reprodutivos são simultâneos, e que a reprodução não é somente material e produtiva, mas também social, cultural e ideológico" (VILLWOCK, 2015, p.36). Ou seja, apesar de visar a produção e consumo, a família se adequa a um modo de gestão dentro do núcleo familiar para fortalecer as relações sociais, conseguindo se manter na terra com o processo de sucessão geracional.

Dessa forma, Almeida (1986) afirma que a reprodução social da agricultura familiar se dá em duas formas: como reprodução de ciclo curto ou cotidiana e a de ciclo longo ou geracional. A primeira forma diz respeito a como a família combina o trabalho, o conhecimento tradicional, os recursos para o consumo dos integrantes e reposição de insumos necessários para produzir novamente, inserindo assim, a lógica econômica empregada pela família orientada pelo trabalho e consumo. É a partir desse raciocínio que se define as estratégias de produção, organização do trabalho e renda (BRUMER; ANJOS, 2012). Já a segunda forma está relacionada ao processo de sucessão da família, envolvendo questões sociais como casamento, herança, escolaridade e gênero. Embora as duas abordagens apresentem temas diferentes, todos os pontos estão interligados, formando assim, o complexo processo de reprodução social que engloba a Agricultura Familiar.

Além disso, Gazolla e Schneider (2007) apontam que o consumo é fator chave para a reprodução da família, por aliar a produção e a compra de produtos que não são produzidos no estabelecimento, isto é, os produtos direcionados ao autoconsumo que são produzidos na lavoura e da criação animal. Dessa maneira, tais produtos não fazem parte dos circuitos de mercado, possuindo apenas valor de uso. Já em relação ao mercado, a participação está direcionada à venda da produção excedente ou da aquisição de insumos agrícolas, ou ainda de produtos necessários para seu consumo, mas que não são produzidos ou transformados na propriedade.

Dessa forma não existe atualmente apenas uma agricultura de subsistência ou apenas uma agricultura totalmente mercantilizada no ponto de vista econômico social (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007), sendo possível observar o ciclo de reprodução cotidiano como caminhos adotados pelos agricultores familiares em busca de sua autonomia e, consequentemente, certo

nível de desenvolvimento rural, o que leva adiante a sua reprodução social a partir das oportunidades conferidas as novas gerações dando sequência ao processo sucessório.

3. MÉTODO

Para alcançar o objetivo proposto, fez-se uso de métodos principalmente quantitativos. A abordagem quantitativa permite a exploração de dados e informações, as quais são melhor compreendidas e analisadas com suporte da literatura e de análises políticas e econômicas.

Foram utilizadas diversas técnicas de levantamento de dados. Em primeiro lugar, foram coletados os dados secundários através da pesquisa bibliográfica que visa buscar livros, teses, dissertações, artigos, entre outras fontes bibliográficas relacionadas de forma direta ou de forma indireta ao tema do presente estudo. Em segundo lugar, foi realizada uma pesquisa documental. Conforme Gil (2009), na pesquisa documental são utilizados materiais que não receberam tratamento analítico ou podem também ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Neste sentido, essencialmente, foi realizado o levantamento, tratamento e análise de dados secundários, por meio de consulta a fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, especialmente os dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, a fim de estabelecer uma análise em painel das variáveis socioeconômicas dos estabelecimentos agropecuários do Estado de Sergipe para analisar as transformações, o cenário e os novos debates do meio rural sergipano.

As variáveis que foram analisadas estão relacionadas aos dados sobre área e número de estabelecimento rurais da agricultura familiar e não familiar; pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários por gênero; direção dos estabelecimentos agropecuários por gênero; classe de idade e escolaridade da pessoa que dirige o estabelecimento; e estabelecimentos agropecuários que obtiveram outras receitas fora do estabelecimento, entre outras totalizações, conforme encontradas no acervo do IBGE.

A unidade básica de investigação foi o estabelecimento agropecuário. Conforme definido pelo IBGE, o estabelecimento agropecuário é a unidade de pesquisa básica do Censo Agropecuário 2017 e servirá como unidade básica de análise para todos os dados apresentados nesta pesquisa (IBGE, 2017a). Sendo assim, o IBGE define “estabelecimento agropecuário” como:

> “toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de estar na área rural ou urbana, todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família) (IBGE, 2017a, pg. 1)”.

Por fim, no que se refere à análise dos resultados, os dados quantitativos foram tratados por meio da estatística descritiva ajustadas a cada variável estudada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento rural é uma questão de relevância dentro do desenvolvimento regional dos países, que pode ser entendido como um processo de ações articuladas com o objetivo de proporcionar mudanças sociais, econômicas e ambientais no espaço rural para melhorar aspectos da população rural como a renda, a qualidade de vida e o bem-estar (SCHNEIDER, 2004) e deve ser analisado regionalmente.

Em uma análise do panorama do campo de estudo no cenário sergipano, o que se pode verificar na Tabela 1 é que no ano de 2006 existiam 89,78% de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e no ano de 2017 esse número caiu para 77,26%. O oposto ocorreu com os estabelecimentos de agricultores não familiares, que no ano de 2006 eram apenas 10,22% e no ano de 2017 esse número mais que dobrou, aumentando para 22,74%. Já em relação a quantidade de área, no ano de 2006 à agricultura familiar possuía cerca de 47,95% da área rural de Sergipe e no ano de 2017 esse valor diminuiu levemente para 46,58%; e a área pertencente à agricultura não familiar no ano de 2006 era de 52,05% e aumentou timidamente para 53,54%. Contudo, quando se analisa a área por estabelecimentos dos agricultores familiares em 2006, observa-se que a média era de 7,87 hectares por estabelecimento e que essa proporção se eleva no ano de 2017 para 9,44 hectares por estabelecimento, acontecendo o oposto com os agricultores não familiares, que no ano de 2006 possuíam como área média 75,06 hectares por estabelecimento e no ano de 2017 passou a ser de 36,80 hectares por estabelecimento.

Tabela 1- Relação da área e número de estabelecimento agropecuários da agricultura familiar e não familiar no estado de Sergipe.

SERGIPE	2006					2017				
	Nº Estbl.	% Estbl.	Área Estbl. (ha)	% Área Estbl.	Área /nº Estbl.	Nº Estbl. (há)	% de Estbl.	Área Estbl. (há)	% Área de Estbl.	Área /nº Estbl
Agricultura familiar	90.329	89,78	710.891	47,95	7,87	72.060	77,26	680.515	46,58	9,44
Agricultura não familiar	10278	10,22	771.546	52,05	75,1	21.215	22,74	780.346	53,54	36,8
TOTAL	100.607	100	1.482.437	100		93.275	100	1.460.861	100	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Censo Agropecuário, IBGE (2006; 2019).

Dessa forma é possível inferir que houve, na agricultura familiar sergipana, uma diminuição do número de estabelecimentos com o passar dos anos, mas a área dos estabelecimentos apresentou redução discreta, acarretando no aumento da média de área por estabelecimento da agricultura familiar, isto é, apenas diminuiu o número de estabelecimentos de 2006 para 2017, pois posse da área de terra foi mantida pela agricultura familiar no estado. Entretanto, os estabelecimentos não familiares, mesmo aumentando o número de estabelecimentos com o passar dos anos, reduziram a área média por estabelecimento, ocasionado pela não expansão da posse das terras. Em alguma medida, esse resultado precisa ser melhor compreendido com pesquisas empíricas, visto que o IBGE modificou a forma de coleta de dados para o período.

Ainda, salienta-se que segundo os resultados dos Censos Agropecuário 2006 e 2017, o maior número de estabelecimentos sergipanos está concentrado no extrato de área total de 0 a 5 ha, correspondendo a 66,02% dos estabelecimentos da agricultura familiar no ano de 2006 e reduzindo para 61,02% em 2017; e da agricultura não familiar passando de 40,22% no ano de 2006 para 62,93% no ano de 2017 (IBGE/SIDRA, 2022). Cabe esclarecer que no estado de Sergipe a medida de área de terra comumente utilizada não é o hectare, mas sim a tarefa, que tem como 3.052 m² como tamanho, utilizada como maneira de contemplar de forma mais representativa o quantitativo de pequenos estabelecimentos agropecuários.

Dessa forma, é possível perceber algumas transformações ocorridas nesse período e apontar possíveis causas atreladas a essas mudanças. O primeiro dado que chama atenção é a redução do número de estabelecimentos da agricultura familiar, que pode estar associado ao processo de sucessão, uma vez que o interesse do jovem em dar seguimento ao ofício da família

no rural é cada vez menor (CHRISTEN; FRANCO NETTO, 2018). Os mesmos autores ainda apontam dois fatores que podem estar relacionados a essa falta de interesse: o primeiro se refere aos patriarcas, que lançam mão tardiamente da gerência do estabelecimento, desmotivando os filhos ficarem na propriedade e continuarem com as atividades rurais; e o segundo está relacionado a divisão de pequenas propriedades entre os herdeiros e a impossibilidade de reprodução social ligada a escassez de terras para trabalhar, uma vez que a terra é o principal fator de suporte para o alcance de níveis consideráveis de autonomia e independência no campesinato. Assim, o último fator fica perceptível, à medida que se observa que o grande número de estabelecimentos com áreas inferiores a 5 ha no estado de Sergipe, o que desmotiva os jovens a se manterem no campo, passado a buscar por rendas mais atrativas nas áreas urbanas.

O outro fator que merece destaque é o crescimento do número de estabelecimentos não familiares relacionado ao número de área, o que evidencia uma possível fragmentação dos estabelecimentos não familiares, confirmadas pelo aumento de quase 23% dos estabelecimentos com área inferior a 5 ha na categoria no ano de 2017 (IBGE/SIDRA, 2022).

Com relação ao pessoal ocupado, no rural sergipano há um comportamento semelhante com a realidade brasileira, apresentando mais homens do que mulheres ocupadas no meio rural. Alguns autores apontam que as causas que conduzem a redução da população, em especial a feminina, não estão relacionadas apenas aos aspectos econômicos, mas também associado a um comportamento desigual das relações de gênero, que são construídas cotidianamente nos espaços rurais. Para Abramovay e Silva (2000), a desvalorização das atividades femininas desempenhadas é encarada com uma grande invisibilidade, o que se relaciona a dificuldade em diferenciar as atividades de produção e reprodução. Lombardi (2006), ainda complementa, afirmando que na divisão das tarefas existem poucos espaços reservados para as mulheres realizarem atividades com remuneração direta, sendo que sua produção é muito das vezes vista como meramente auxiliar. Em estudo recente, com mulheres rurais no Oeste do Paraná, Matte et al. (2021) constatam que quando dadas as oportunidades de co-produzir soluções de maneira participativa e em um ambiente propício, as mulheres conseguem articular e expressar seus desafios e visualizar futuros desejáveis. Portanto, há um percurso importante a ser percorrido a fim de, em próximos levantamentos de dados, a presença feminina seja expressão não apenas numericamente, mas com representatividade sociopolítica nesses contextos.

Diante deste contexto, a Tabela 2 mostra que a porcentagem de homens ocupado nos estabelecimentos familiares no ano de 2006 era de 70,57%, havendo um pequeno aumento para 71,28% no ano de 2017; enquanto que o número de mulheres em 2006 era de 29,43% e esse valor reduziu para 28,72% em 2017, isto é, pouca diferença percentual com o passar dos anos. Porém, quando se analisa os números inteiros da tabela, nota-se que houve diminuição do número de homens e mulheres da agricultura familiar ocupado nos estabelecimentos agropecuários com o passar dos anos. Isto é, percentualmente quase não se alterou, mas, quando se reflete em termos de números inteiros, os valores são preocupantes pela evasão perceptível no meio rural, principalmente de mulheres. Uma importante consequência desse processo de masculinização do rural, está diretamente relacionado ao acesso ao crédito por parte das mulheres rurais. Spanevello, Matte e Boscardin (2016) apontam que a pouca experiência em acesso a crédito rural por mulheres é explicado principalmente pelo controle majoritariamente masculino sobre financiamentos e investimentos, e pela própria supressão das mulheres na gestão e administração da propriedade rural.

Entretanto, quando se analisa os agricultores não familiares, os dados revelam que ocorreu o inverso do processo de evasão do meio rural nos agricultores familiares, pois a porcentagem de homens ocupados em 2006 equivalia à 81,93% e reduziu para 80,73% no ano de 2017, já as mulheres que no ano de 2006 eram 18,07% aumentou para 19,27% em 2017, isto

é, quase não houve alteração. No entanto, quando analisamos os números inteiros, infere-se que houve o aumento do número de homens e mulheres da agricultura não familiar ocupado nos estabelecimentos agropecuários com o passar dos anos.

Tabela 2- Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (pessoas) por gênero.

SERGIPE	2006				2017			
	Homens	**%**	**Mulheres**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**
Agricultura familiar	159.432	70,57%	66.487	29,43%	122.059	71,28%	49.180	28,72%
Não familiar	35.133	81,93%	7.748	18,07%	50.798	80,73%	12.124	19,27%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Censo Agropecuário, IBGE (2006; 2019).

Nesse cenário, se evidencia uma leve oscilação percentual entre homens e mulheres ocupados nos estabelecimentos agropecuários tanto de agricultores familiares quanto não familiares. Ademais, nota-se que 37.373 homens ocupados e 17.037 mulheres ocupadas em estabelecimentos de agricultura familiar deixaram o meio rural de 2006 para 2017. Entretanto, na agricultura não familiar houve o aumento de 15.665 e 4.376, homens e mulheres ocupados nos estabelecimentos rurais de 2006 para 2017, respectivamente.

Ao analisar os números absolutos, a dinâmica referente ao pessoal ocupado na agricultura familiar, nota-se claramente a maciça influência do processo de modernização da agricultura, ainda enraizado no estado, que exclui o agricultor menos favorecido, por não conseguir acompanhar esse processo modernizante (TEIXEIRA, 2005), reduzindo a população ocupada da agricultura familiar no meio rural. Somado a isso, há à falta de investimentos em assistência técnica, políticas de acesso a crédito e outras políticas de inclusão aos agricultores familiares, o que dificulta o processo de reprodução social e permanência dos mesmos no campo. Entretanto, salienta-se que o número de homens e mulheres ocupados nos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar aumentou com o passar dos anos, o que pode estar ligado diretamente com o maior nível de escolaridade, que por sua vez concluem seus estudos e possivelmente voltam para a direção dos estabelecimentos.

Quando realizada a análise em relação a direção dos estabelecimentos por gênero (Tabela 3), observa-se que a porcentagem de homens, tanto na agricultura familiar como na não familiar, é maior do que comparado com as mulheres em ambos os anos. Entretanto, salienta-se que houve uma diminuição de 3% e 7% no número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por homens da agricultura familiar e não familiar, respectivamente. Isso evidencia que ocorreu um aumento de mulheres na direção dos estabelecimentos agropecuários do estado de Sergipe de 2006 para 2017.

Em outras palavras, o número de homens dirigindo os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no ano de 2006 era de 79% e reduz para 76%, enquanto as mulheres da mesma categoria no ano de 2006 era de 21% se eleva para 24%. O mesmo comportamento ocorre com os agricultores não familiares, que no de 2006 os homens representavam 90% da direção dos estabelecimentos agropecuários e reduzem para 83% no ano de 2017. Todavia, o que chama a atenção é o aumento no número de mulheres da agricultura não familiar dirigindo os estabelecimentos, que em 2006 representavam apenas 10% e no ano de 2017 esse número sobe para 17%, tornando-se um dado instigante, uma vez que vai contra o que a literatura geralmente evidência, já que as relações internas das famílias privilegiam os homens na passagem da herança como também na direção da propriedade rural em comparação com as mulheres que geralmente são desestimuladas a permanecerem na propriedade rural. (SPANEVELLO, 2008; 2020).

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários por direção do produtor.

SERGIPE	2006				2017			
	Homem	%	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%
Agricultura Familiar	71.694	79%	18.635	21%	54.635	76%	17.425	24%
Agric. não familiar	9.245	90%	1.033	10%	17.451	83%	3.637	17%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Censo Agropecuário, IBGE (2006; 2019).

Diante do exposto, pode se notar um comportamento de redução dos homens tanto dos agricultores familiares e não familiares na direção dos estabelecimentos, que pode estar atrelado a saída do homem do campo para a cidade, bem como a diminuição no número de estabelecimentos. Além disso, o que mais chama a atenção é o fato de que as mulheres estão se mantendo e ganhando mais espaço na chefia das propriedades, vindo ao encontro dos resultados encontrados por Spanevello *et al*. (2022) para a realidade do Noroeste do Rio Grande do Sul. Vale destacar que as mulheres dirigentes dos estabelecimentos não familiares aumentaram consideravelmente, o que pode confirmar a hipótese do retorno das mesmas com o nível de escolaridade mais elevado ou ainda a ocupação deste cargo porque os antecessores não tiveram mais interesse ou não podem mais estar à frente do estabelecimento. Em alguma medida, esse cenário pode ser melhor compreendido diante de mudanças da sociedade, em que a participação de mulheres rurais na coprodução de conhecimentos pode estar gerando autonomia e sua valorização no âmbito produtivo e não apenas reprodutivo (SILVA *et al*., 2015; Matte *et al*., 2021).

Para ter uma melhor análise sobre a direção dos estabelecimentos, a Tabela 4 apresenta os dados da classe de idade das pessoas que dirigem o estabelecimento por gênero. Primeiramente, observa-se que são os agricultores com mais de 35 anos que dirigem a maior parte dos estabelecimentos agropecuários no estado de Sergipe. Além disso, é possível perceber que no ano de 2006, o número de homens menores de 25 anos era de 3,81% enquanto no ano de 2017 esse valor diminuiu para 2,10%, ocorrendo praticamente a mesma tendência nos homens de 25 anos e menores que 35 anos que em 2006 representavam 14,74% e no ano de 2017 caiu para 8,80%, juntamente com os homens de 35 anos e menores que 45 anos que no ano de 2006 eram de 22,30% e no ano de 2017 diminuiu para 18,80%. Porém, quando se compara os dados dos homens de 45 anos e menores de 55 anos, no ano de 2006 era de 21,17% e no ano de 2017 esse número apresentou uma elevação chegando a 24,40%, o que também ocorreu com os homens de 55 e menores que 65 anos, sendo que no ano de 2006 possuía 19,78% e no ano de 2017 chega a 21,70%. Por fim, salienta-se que os senhores de 65 anos, que no ano de 2006 eram 18,21% sobem significativamente para 24,10%.

Por outro lado, quando se analisa o número de mulheres na direção do estabelecimento agropecuário por idade, fica evidente a mínima variação entre os anos de 2006 a 2017, não chegando a oscilar 1% para mais ou para menos entre os anos de 2006 para 2017 em qualquer faixa etária, isto é, as mulheres vêm se mantendo estável na direção dos estabelecimentos entre a década, independentemente da idade.

Tabela 4- Classe de idade da pessoa que dirige o estabelecimento

SERGIPE	2006				2017			
	Hom.	%	Mulh.	%	Hom.	%	Mulh.	%
Menor de 25 anos	3.082	3,81%	579	2,94%	1.545	2,10%	516	2,45%
De 25 a menos de 35 anos	11.929	14,74%	2.106	10,71%	6.373	8,80%	2.177	10,34%
De 35 a menos de 45 anos	18.051	22,30%	3.608	18,34%	13.570	18,80%	3.853	18,29%
De 45 a menos de 55 anos	17.132	21,17%	4.331	22,02%	17.589	24,40%	4.819	22,88%
De 55 a menos de 65 anos	16.008	19,78%	4.543	23,10%	15.624	21,70%	4.658	22,12%
De 65 anos e mais	14.737	18,21%	4.501	22,88%	17.385	24,10%	5.039	23,92%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Censo Agropecuário, IBGE (2006; 2019).

Ao observar a dinâmica mostrada pelos dados na tabela 4, é possível evidenciar alguns fatores implícitos e explícitos nessa divisão de idade e gênero na direção dos estabelecimentos. A primeira é que há a confirmação de que o número de jovens com idade inferior a 25 anos, na direção dos estabelecimentos são menores em comparação com as outras idades. Esse resultado segundo Carneiro (2008), pode estar relacionado a evasão dos jovens do meio rural, a obtenção de fontes de renda não agrícolas que sejam superiores a que poderia obter na propriedade (tanto dos pais quanto própria) e pela sucessão dos estabelecimentos acontecer tardiamente, ou seja, quando os filhos forem mais velhos. Assim, o que torna possível a permanência ou não dos jovens no campo são fatores como o acesso a níveis mais elevados de educação, a presença ou ausência de políticas públicas favoráveis e acessíveis, condições internas de incentivo ou desestímulo da família ligados a relações de gênero, herança e faixa etária. (PANNO; MACHADO, 2014; SAVIAN, 2014; MATTE; MACHADO, 2017; CASTRO, 2017).

O outro fator que se mostra relevante é o envelhecimento acentuado dos dirigentes, em que a maior parcela possui mais de 55 anos. No trabalho de Camarano e Abramovay (1999), os autores evidenciaram que a maior parte dos agricultores possuem essa mesma faixa de idade, com menor nível de escolaridade, bem como maior dificuldade de produzir renda regular, o que colabora com o desestímulo dos filhos a permanecerem na gerência dos negócios da família. Em análise recente, Matte e Machado (2017) constam cenário similar. Sendo assim, a afirmação corrobora com o problema de sucessão (evidenciado na tabela), impactando diretamente a agropecuária sergipana, que futuramente terá reduções nos números de estabelecimentos, afetando de forma geral a reprodução social.

Além disso, observa-se que o número de mulheres entre esses últimos 11 anos não mostrou grande variação, o que confere maior permanência das mulheres em relação aos homens na direção dos estabelecimentos. Outro fator visível é sem dúvidas a longevidade tanto dos homens como o das mulheres, demonstrando assim, uma melhor qualidade de vida adquirida pelos agricultores com o passar do tempo.

Ao observar a escolaridade dos homens e mulheres que dirigem o estabelecimento agropecuário (Tabela 5), pode-se inferir que o número de analfabetos homens no ano de 2006 que era de 38,4% praticamente se repetiu no ano de 2017 com 38,5%, contudo, as mulheres reduziram a taxa de analfabetismo de 40,2% no ano de 2006 para 36,8% no ano de 2017. Em relação ao ensino fundamental as porcentagens que não chegaram a 10% no ano de 2006, tanto

para homens como para mulheres, aumentaram para mais de 35% no ano de 2017. No ensino médio ocorreu um aumento 5,8% e 5,5 % de 2006 para 13,4% e 11,6% em 2017 de homens e mulheres, respectivamente. No mesmo sentido, seguiu o nível superior, representando pouco mais de 1,6% e 1,8 em 2006 para 4,1% e 4,0% em 2017, para homens e mulheres, respectivamente.

Tabela 5- N° de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor por escolaridade.

SERGIPE	2006				2017			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Não sabe ler e escrever	31.071	38,4%	7.897	40,2%	27718	38,5%	7.759	36,8%
Ensino fundamental	4.999	6,2%	1.057	5,4%	25511	35,4%	8.074	38,3%
Ensino Médio	4.679	5,8%	1.075	5,5%	9687	13,4%	2.443	11,6%
Superior - graduação	1.257	1,6%	345	1,8%	2949	4,1%	836	4,0%
Outros que sabem ler e escrever alfabetização /não frequentou.	38.939	48,1%	9.294	47,3%	6221	8,6%	1.950	9,3%
TOTAL	80.939	100	19.668	100	72086	100	21062	100

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Censo Agropecuário, IBGE (2006; 2019).

O que se pode observar com os dados desta tabela é que o número de estabelecimentos dirigidos por analfabetos ainda é um valor alto, porém, se manteve com o passar dos anos analisados. Outro dado importante foi o aumento considerável dos que frequentaram o ensino fundamental, médio e superior, apontando que está acontecendo um movimento de retorno às escolas entre os adultos, assim como continuidade na formação de jovens. Resultados similares são demonstrados por Matte, Spanevello e Andreatta (2015), em estudo com jovens rurais no sul do Rio Grande do Sul, demonstrando um aumento na escolaridade de domiciliados no rural. Além disso, o que chama atenção e talvez é o mais expressivo e relevante na tabela acima, é que o número de pessoas que sabem ler e escrever, mas não frequentaram a alfabetização, que reduziu expressivamente 39,5% para homens e 38% para mulheres com o passar dos anos, evidenciando a volta à escola dessas pessoas.

Por fim, a tabela 6 está relacionada ao número de estabelecimentos agropecuários que obtêm renda fora do estabelecimento, mostrando que de maneira geral, elas vêm aumentando com o passar dos anos tanto em estabelecimentos de agricultura familiar como de não familiares. Ademais, os dados mostram que o número da renda obtida fora dos estabelecimentos agropecuários relacionado a aposentadoria da agricultura familiar que era de 14,64% em 2006 mais que triplicou em 2017, chegando a 45,67%; porém os estabelecimentos da agricultura não familiar apresentaram um pequeno aumento de 1,42% entre os anos.

Já em relação às rendas de programas de governo, o que é observado na agricultura familiar em 2006 é um valor de 11,83% que reduz para 9,91% em 2017; entretanto o número que corresponde aos estabelecimentos da agricultura não familiares em 2006 era de 9,96% aumenta expressivamente para 86,14%. Ademais, pode-se observar no número de salários e outras receitas fora do estabelecimento familiares um aumento de 8,01% em 2006 para 17,73%

no ano de 2017, ocorrendo ao contrário com os agricultores não familiares, que reduziram de 46,66% para apenas 13,46% em 2017.

Tabela 6- N° de estabelecimentos agropecuários que obtiveram outras receitas fora do estabelecimento.

SERGIPE	2006				2017			
	Agricultura Familiar	%	Não familiar	%	Agricultura familiar	%	Não familiar	%
Aposentadorias / pensões	13.224	14,64%	879	8,55%	32.908	45,67%	2.122	9,97%
Programas e governos	10.686	11,83%	1.229	11,96%	7.143	9,91%	18.329	86,14%
Salários fora/outras receitas	7.236	8,01%	4.796	46,66%	12.775	17,73%	2.864	13,46%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Censo Agropecuário, IBGE (2006; 2019).

Assim, o que se observa em relação à agricultura familiar é uma acentuada tendência de envelhecimento acelerado pelo número de acesso a rendas de aposentadorias, além de confirmar o que foi visto na tabela 4; enquanto que as rendas provindas de programas de governo reduziram, reflexo da diminuição dos recursos financeiros repassado para esses fins terem diminuído com o passados dos anos analisados. Porém o que mais chama atenção é o fato de que a salários fora do estabelecimento e outras rendas do trabalho da agricultura familiar mais que dobrou de 2006 para 2017, o que evidencia uma maior diversificação da renda familiar e fortalecimento da reprodução socioeconômica da agricultura familiar.

Entretanto quando se analisa os dados da agricultura não familiar observa-se uma diferença no número de receitas provenientes de programas de governo em relação a agricultura familiar, que chega a ser oito vezes maior para a agricultura familiar, o que denuncia uma grande lacuna entre agricultura familiar e não familiar podendo assim, apontar mais um fator que explique a diminuição do número de estabelecimentos familiares e o aumento da não familiar.

5. CONCLUSÃO

Em linhas gerais, o objetivo do presente artigo consistiu em diagnosticar os aspectos socioeconômicos dos estabelecimentos agropecuários de Sergipe, a partir da comparação entre os dados secundários disponibilizados pelos censos agropecuários de 2006-2017, a fim de compreender evidenciar os cenários e as questões em debate ligadas a socioeconômica e desenvolvimento rural, bem como apontar os desafios que persistem no meio rural sergipano. Portanto, diante da análise e discussão de dados foi possível fazer um comparativo entre os agricultores familiares e não familiares, referentes a questões como número e área dos estabelecimentos, pessoal ocupado, direção dos estabelecimentos e a obtenção de renda fora da propriedade, além de aspectos gerais ligados à idade e escolaridade dos dirigentes dos estabelecimentos, divididos por gênero.

A pesquisa evidenciou que em geral a população rural de Sergipe está envelhecendo, o que significa indícios de melhorias na qualidade de vida da população rural. Por outro lado, também traz à tona um cenário de não continuidade da gestão dos estabelecimentos pela ausência de sucessores. Ainda, evidenciou-se que a escolaridade média da população rural

sergipana teve aumento médio, alavancado principalmente pelo número de pessoas que sabem ler e escrever, mas não frequentaram a alfabetização, que reduziu expressivamente de 38% com o passar dos anos.

Quando analisados dados comparativos da agricultura familiar e não familiar, foi observado que a agricultura familiar sergipana ainda se mantém predominante no estado. Apesar de apresentar redução no número de estabelecimentos agropecuários e de pessoal ocupado no estado, os indicadores se mantêm maiores do que a agricultura não familiar. Todavia o que chama a atenção é que esse segmento, mesmo demonstrando grande resiliência, está rodeado de desafios e problemas. Assim, destaca-se, primeiro pelo pouco incentivo de programas de governo, além de ser um ambiente masculinizado, e pouco atrativo para os jovens, um problema que afeta a reprodução social destas famílias e consequências desvantajosas no futuro.

Foi possível evidenciar também, a presença dos efeitos da modernização agrícola, daquela em que o desenvolvimento econômico ainda se sobressai, visto que a agricultura não familiar aumentou o número de estabelecimentos, é detentora da maior porção das áreas rurais além de possuir maiores incentivos governamentais. Por outro lado, foi notada uma maior fragmentação no número de estabelecimentos não familiares, ou seja, a concentração de áreas foi reduzida para esses agricultores, enquanto os agricultores familiares conseguiram concentrar mais terras mesmo em uma pequena fração sem perder espaços para os patronais.

Outro ponto importante, é referente a um maior empoderamento feminino, principalmente na direção dos estabelecimentos, junto a uma melhora significativa na educação e na longevidade dos agricultores sergipanos e uma maior diversificação de renda dos estabelecimentos da agricultura familiar demonstrando que pluriatividade está sendo uma estratégia de reprodução social.

Portanto, a partir dessas análises se faz necessário ir além do comparativo dos retratos da agricultura sergipana apresentados nos censos agropecuários, aqui mostrados com o propósito de buscar maiores aprofundamentos sobre a socioeconômica sergipana e mitigar os gargalos existentes. Espera-se dessa forma, que esse trabalho venha contribuir para novas pesquisas além de auxiliar governantes e atores sociais na construção de políticas públicas mais eficientes precisas a fim de aumentar o desenvolvimento rural no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M; ROCICLEIDE da SILVA. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios** 34 (2000): 347-366.

ALVES, L. R.; LIMA, J. F.; PIFFER, M. Dinamismo setorial diferenciado no Oeste e Sudoeste do Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 3, p. 128-153, 2009.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira.** Campo-território: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p.123-151, ago. 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos** 50 anos. 1999.

CARNEIRO, W. M. A. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008 (Série Documentos do Etene, 22)

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Contra Capa, 2017.

CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCEBÉ, Y. BURIGO, F. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural No Brasil: O dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade** (Impresso), v. 15, p. 49-79, 2016.

CHRISTEN, R.S., NETTO, F. F. Sucessão, masculinização, envelhecimento e educação na agricultura familiar. qual a influência desses fatores no êxodo rural?. **Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário-Instituto Infocos, 1-15.**

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 52, p. 125-146, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário - 201. 2017.** Resultados definitivos- Sergipe. Disponível em https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/se.pdf, acessado em 17 de março de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário - 2017. 2017a.** Coleta. https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/coleta-censo-agro-2017/estabelecimentos-censo-agro-2017.html/, acessado em 16 de março de 2021.

MAKOSKI-LOMBARDI, Sheila Priscila, *et al*. **Desenvolvimento rural e gênero**: a participação das mulheres na organização de um movimento social, o caso da Crabi PR. 2006.

MATTE, A. *et al*. Co-production of knowledge among rural women: paths to female recognition in rural areas. **Sustentabilidade Em Debate**, v. 12, p. 254-267, 2021. DOI: https://doi.org/10.18472/SustDeb.v12n2.2021.37700

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista De Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2017. DOI: 10.19093/res.v18i37.3981

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito - RS. **Holos** (Natal), v. 1, p. 144-159, 2015. DOI: https://doi.org/10.15628/holos.2015.1964

NAVARRO, Zander Soares. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro"**, *Revista Estudos Avançados*, volume 15, 2001.

PANNO, Fernando; MACHADO, João Armando Dessimon. Influências na decisão do jovem trabalhador rural partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em Questão,** 2014, 12.27: 264-297.

PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D. van der; Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. P 17-31.

SAVIAN, Moisés. **Sucessão geracional:-se renda continuar agricultura familiar?.** *Revista Espaço Acadêmico* , 2014, 14.159: 97-106.

SCHMOELLER, S.; MATTE, A. PRONAF Mulher: uma forma de independência financeira e empoderamento da mulher. In: X Encontro Nacional da Anppas, 2021, Campinas, SP. **Anais**... Campinas, SP: ANPPAS, 2021. v. 1. DOI: http://dx.doi.org/10.29327/156421.1-24

SCHNEIDER, S., CONTERATO, M. A., SOUZA, M., ESCHER, F., SCARTON, L. M. e RUCKERT, L. Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2013. (Relatório de Pesquisa).

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SILVA, M. R. *et al*. Mulheres do Sertão: avaliação dos impactos do Pronaf Mulher para a autonomia feminina do semiárido cearense. In: CHACON, S. S.; NASCIMENTO, V. S.; LIMA JÚNIOR; J. F. (Org.). **Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido**. Rio de Janeiro: Garamond, IABS, 2015. p. 11-34, 2015

SPANEVELLO, R. M. A (2008). **A situação na transmissão do patrimônio na agricultura familiar.** Em Fazendo Gênero 8, Corpo, violência e poder. Anais. UFSC: Florianópolis.

SPANEVELLO, R. M. *et al*. Perspectivas em relação ao destino do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores. In: **Agronomia**: jornadas científicas. Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2020, v. 2, p. 149-157.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis** (Santiago), v. 44, p. 1-15, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000200018

SPANEVELLO, R.M. *et al*. Caracterização socioprodutiva de mulheres rurais no Noroeste do RS. **Revista Grifos**, v. 31, n. 57, set. 2022. DOI: https://doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695

TEIXEIRA, Gerson. **O Censo Agropecuário 2017.** Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, 2019, 8.16: 8-39.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no Brasil**: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas*, 2005, 21-42.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski. **As Estratégias de Renda dos Agricultores Familiares de Itapejara d'Oeste nos anos 2005 e 2010**. Tese. (Doutorado em Extensão Rural). Programa de Pós Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WILKINSON, J. Os mercados não vêm mais do "Mercado". In: MARQUES, F. C. *et al*. **Construção de mercados e Agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.p. 53-73.